

PODE A RAZÃO CRÍTICA FAVORECER A INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA?

Augusto Santos Silva

Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Porto, Portugal

Resumo Como podemos combater as derivas irracionais que penetram, hoje, no espaço público? Eis uma pergunta que se tornou atualíssima e à qual os cientistas sociais não podem deixar de responder. Mas devem fazê-lo a partir da rica reflexão crítica que foram fazendo, ao longo do século XX, sobre o conceito de razão — e que aqui se recorda, apenas considerando os desenvolvimentos ocorridos na sociologia e na economia. Há mesmo uma racionalidade a defender, contra os ataques que tem sofrido, e essa é a racionalidade que organiza a cultura científica: uma racionalidade crítica, quer dizer, antidogmática, procedimental, aberta e evolutiva.

Palavras-chave: razão, racionalidade, sociologia, economia.

Can critical reasoning favour democratic institutions?

Abstract How can we counter the irrationalist trend that pervades today the public sphere? This is a crucial issue social scientists ought to consider. They must do it taking into account the very rich critical reflection that both economics and sociology have produced, throughout the 20th century, on the concept of reason. If there really is a rationality to preserve, against all the attacks it is suffering nowadays, that is the rationality that structures the scientific culture, e. g., the non-dogmatic, procedural, open, dynamic, and critical rationality of knowledge.

Keywords: reason, rationality, sociology, economics.

La raison critique peut-elle favoriser l'institutionnalité démocratique?

Résumé Comment faire face à l'irrationalisme dont l'influence envahit actuellement l'espace public? Voilà une question incontournable pour les sciences sociales. Qui doivent, pour essayer une réponse, ne pas oublier le riche travail critique fait, à propos du concept de raison, par des sciences comme l'économie et la sociologie, pendant tout le XX^e siècle. S'il y a une rationalité à défendre, c'est la rationalité qui structure la culture scientifique: la rationalité critique, antidogmatique, procédurale, ouverte, dynamique, de la connaissance.

Mots-clés: raison, rationalité, sociologie, économie.

¿Puede la razón crítica favorecer la institucionalidad democrática?

Resumen ¿Cómo podemos combatir las derivas irracionales que penetran hoy en día en el espacio público? Este es un problema inescapable para los científicos sociales. Para profundizarlo, deben partir de la rica reflexión crítica que han ido realizando a lo largo del siglo XX sobre el concepto de razón, y que aquí se recuerda, considerando únicamente los avances que se han producido en sociología y economía. La racionalidad es un valor capital; pero se trata de la racionalidad crítica que preside la cultura científica, es decir, la racionalidad anti dogmática, procedimental, abierta, evolutiva.

Palabras-clave: razón, racionalidad, sociología, economía.

1.

Nas ciências sociais, as relações entre o conhecimento e a ação prática são de há muito objeto de atenção cuidadosa e debate vivo.¹ É possível separar o plano analítico, em que a preocupação fundamental é identificar, descrever e explicar os processos que ocorrem ou ocorreram, usando para isso os procedimentos próprios da investigação, e o plano normativo, em que procuramos agir e obter efeitos com a ação, com base não só na informação que possuímos mas também, e sobretudo, tendo em conta os valores de que partimos, as finalidades que procuramos alcançar e os recursos e condições de que dispomos, resultantes dos contextos em que agimos e, nomeadamente, das ações correspondentes daqueles, pessoas ou instituições, com que interagimos. Mas são evidentes as situações de cruzamento entre os dois planos: muita da informação que mobilizamos ou podemos mobilizar na ação prática é de origem e natureza científica; a ciência ajuda também, e bastante, na formulação, implementação e avaliação das ações empreendidas (seja ao nível das organizações, seja ao nível das políticas públicas, seja no quadro da sociedade civil); e as visões do mundo, as atitudes éticas, as filiações políticas e os demais juízos de valor influenciam direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, tantas vezes, porém, decisivamente, o trabalho analítico que realizamos.

A matéria tem sido discutida e a sua discussão, sendo parte integrante da reflexividade institucional própria de uma comunidade científica, é uma componente determinante da qualidade e do potencial de crescimento desta. As perguntas e as respostas são plurais, e não se vê como haveriam de ser esquivadas com soluções demasiado simples, como, por exemplo, as habitualmente inscritas sob o lema da “neutralidade axiológica” da ciência social, capaz de dizer o que é, e não o que deve ser (mas veja-se os argumentos de, por exemplo, Nathalie Heinich, 2021). Não sendo este o lugar para desenvolvê-las (e não querendo repetir Silva, 2006 e 2017), mister é, contudo, assinalar dois pontos em que são mais do que óbvias as ligações entre os planos ditos positivo e normativo do conhecimento social: o princípio da razão; e o valor da liberdade. Em qualquer deles, e para dizer o menos, parece indisputável a afinidade ou convergência entre as regras da investigação científica — que postulam a possibilidade de uma argumentação baseada em explicações sujeitas à prova lógica, à objetividade dos factos observados e à qualidade da observação; e que pressupõem total liberdade dos investigadores face a imposições de escola, de dogma ou de pragmatismo — e as normas da modernidade democrática — que partem da soberania do ser racional emancipado, bem como da multiplicidade dos valores e dos interesses prosseguidos, pondo em prática procedimentos institucionais de expressão, confronto e decisão sobre as questões públicas. Aliás, como a história das ciências ilustra com abundância, sempre que o irracionalismo campeia e/ou a liberdade é restringida, a investigação ressent-se dramaticamente.

1 Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/00727. Serviu de base à minha comunicação ao XIII Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, realizado em julho de 2025, na Universidade dos Açores, sob o tema geral: “Democracias à prova: riscos e incertezas”. Agradeço os seus comentários aos participantes na respetiva sessão.

Os tempos que vivemos, no mundo — e com particular intensidade nos países do hemisfério Norte — obrigam-nos a repensar temas como estes, que até certo ponto estavam adormecidos num consenso estabelecido e indisputado. A “Razão” (escrevamos, por enquanto, assim) deixou de ser esse guia supremo do saber e do agir que a modernidade havia estatuído, logo na revolução científica do século XVII e, depois, com especial impacto, no quadro do Iluminismo e do desenvolvimento científico-tecnológico oitocentista; e que o século XX não destruiu, se bem que lhe haja aplicado uma formidável cópia de indagações críticas e lhe tenha imposto uma epistemologia mais atenta à relatividade e pluralidade dos paradigmas e programas de investigação.

Hoje, porém, parecem crescer, no espaço público daquelas que nos habituámos a crismar elogiosamente como sociedades abertas, padrões de aculturação e formas de mobilização social e política que vivem ostensivamente do desprezo pela ciência e os seus protocolos fundamentais, como a consistência lógica e a exigência da prova verificável. Em muitas das mensagens com maior alcance comunicacional e mais efetivo impacto comportamental, a regra é a denegação da superioridade da argumentação racional sobre os restantes métodos de formação de opiniões, assim como a reclamação de uma suposta equivalência geral das ideias, independentemente das fontes e métodos que a elas conduziram; e o próprio debate público sobre factos e teorias é substituído pela competição sem limites nem peias pelo mais rápido efeito prático. O perfil ético de intelectual, a busca da verdade, o respeito pelos factos, a produção especializada e controlada de informações, a perícia dos investigadores e a credibilidade dos centros de investigação, a disposição para examinar contra-argumentos e discuti-los serenamente, tudo isso, que a modernidade associou ao princípio da Razão, é contrariado e desqualificado, em vastos segmentos do espaço público, designadamente nos média, nas plataformas digitais e em movimentos e partidos políticos de influência crescente. A mobilização emocional e a conduta multitudinária, que segue acefalamente o líder e as suas narrativas e cultiva preconceitos e prejuízos como verdades adquiridas, desafiam, quando não se sobrepõem a essa maneira de conhecer e discorrer a que fomos chamando racionalidade. Associadamente, enfraquecem-se valores tão decisivos para a ciência e para a ação por ela informada como o universalismo, o ceticismo organizado (na tão certa expressão de Robert Merton, 1970: 653-654), o comunalismo, a não discriminação ou a igual dignidade humana.

Claro que podemos e quiçá devamos perguntar-nos até que ponto é que a crítica dita pós-moderna da epistemologia dominante das ciências naturais, com a sua ênfase na natureza (totalmente) “construída” dos factos e a apologia do desconstrutivismo permanente, não terá a seu modo contribuído para a atmosfera intelectual que agora nos rodeia. Esse não é, contudo, o meu tema principal; baste dizer-se que há muitos cientistas, inquietos com a atual deriva irracionalista, que têm consciência desse contributo involuntário e possuem hoje, por isso, um entendimento mais claro e positivo da necessidade e do valor da racionalidade científica. Outro é o meu enfoque: como, felizmente, esta evolução (ou, mais apropriadamente, involução) tem também despertado importantes movimentos de reação, os quais, perante a extrema nocividade da desconfiança na razão e da exposição ao

preconceito e a desinformação, advogam uma defesa enérgica da Razão, pedindo à ciência, à comunicação pública da ciência e à educação científica que sejam mais combativas e eficazes, mais proativas na sociedade civil e nas instituições, a questão que se coloca é como devemos então incrementar o uso público da Razão — e, sobretudo, de que Razão. Assumindo que, pelo menos na Europa (que outras poderão ser as referências adequadas noutros contextos histórico-civilizacionais), a vida e a ordem democráticas precisam de mais, e não de menos, racionalismo, espírito crítico, cultura científica, racionalidade comportamental — e estou ensaiando diversas e complementares portas de entrada em matéria —, como podem as ciências sociais, especialmente relevantes quando tratamos da ação humana, ajudar a consegui-lo, não com a repetição de modelos caducos, mas empregando o potencial de reflexividade e conhecimento que foram acumulando?

2.

Quando consideramos retrospectivamente o processo histórico de formação e consolidação do que muitos de nós designam como modernidade — um processo que, para o plano que agora nos interessa, pode situar-se, no que diz respeito a países como a França, a Inglaterra e parte dos então impérios alemão e austríaco, entre os séculos XVII e XX — salta à vista a articulação entre dois sentidos da ideia de razão (*cf.* Elster, 2009 [2006]: 1-7). Um, a Razão com maiúscula, designa a convicção na possibilidade e no benefício de fazer do conhecimento o instrumento fundamental da emancipação humana. Emancipação face aos mais gravosos constrangimentos da natureza, face ao preconceito, face à privação material e face à subordinação dos indivíduos às normas e autoridades preestabelecidas; conhecimento como prática do raciocínio lógico, descoberta e observação cuidadosa do real, procura de explicações comprováveis, espírito crítico e debate argumentado, abertura à aceitação e correção do erro, divulgação, partilha, acumulação e revisão das técnicas, métodos e teorias alcançadas, formando, em tendência geral, uma espiral positiva de capacidade de entendimento e intervenção humana. Qualquer que seja a expressão usada por diferentes autores e escolas de Seiscentos a Novecentos — o Método, a Razão, as Luzes, a Ciência Positiva —, o que sempre sobressai é esta progressiva definição da racionalidade cognitivo-instrumental, quer dizer, da maneira canónica de proceder na ciência e na tecnologia, como o fator determinante do progresso humano e social. Quando hoje dizemos que os adversários da Razão não podem tomar impunemente conta do espaço público, é este sentido que continuamos a empregar.

Em paralelo, foi-se afirmando um segundo sentido de razão, agora com minúscula. Como tão bem mostrou Albert O. Hirschman (1977, 1981: 285-306), ele emergiu, na história intelectual do Ocidente, como contraponto das “paixões” e evoluiu em conjunção com essoutra noção de “interesse”. Ser racional seria preferir às motivações emocionais do amor e do ódio, da honra e da glória, da reputação e do prestígio, os ensinamentos e as orientações do estudo, do cálculo, da antecipação, da sobriedade, do autocontrolo. E, quando o indivíduo escolhesse entre as “paixões” a que fosse mais próxima deste padrão — como o bem-estar material e a

acumulação de riqueza — e/ou a redefinissem como chão propósito de atingir, por meios honestos, isto é, com base no seu engenho e labor e nos bens ou serviços disponibilizados aos outros, o maior benefício possível para si próprio e a sua família, ou seja, quando orientasse a ação pelo interesse privado, então não só era provável que se comportasse racionalmente como a sociedade como um todo retiraria disso vantagem. Adam Smith fará desta ideia a base mesma da ciência económica.

Há uma ligação evidente entre os dois sentidos. A razão, como ação racional para a prossecução de fins, combina-se bem com a Razão como espírito crítico, porque em ambas é a racionalidade cognitiva e instrumental que impera: a razão aplica no mundo terreno da subsistência e das trocas os métodos de verificação e cálculo que a Razão havia permitido não só aperfeiçoar como, sobretudo, difundir. À medida em que a ciência ia permitindo afastar as interpretações rivais, oriundas do que Comte considerava etapas pré-positivas (como as interpretações religiosas, de senso comum e, para alguns, até as filosóficas), a tecnologia, que a incorporava e aplicava, e o comportamento racional nos mercados iam mudando radicalmente as estruturas económicas e as condições materiais de vida.

Não surpreende, pois, que se tenha chegado ao ponto em que se podia reclamar (como fez, lapidarmente, Vilfredo Pareto) que as ações humanas podiam ser distinguidas entre racionais (“lógicas”), as que buscavam a maximização dos ganhos através dos meios mais eficientes, e as demais (“não lógicas”), e que competia à economia estudar as primeiras — só a elas estudar, e só ela estudá-las. Embora os autores fundadores da sociologia, como Émile Durkheim, e os economistas institucionalistas da viragem do século XIX para o XX, como Thorstein Veblen, se insurgissem contra o que lhes parecia ser um reducionismo analítico inaceitável, advogando uma investigação mais atenta aos múltiplos cruzamentos entre (facilmente) as variáveis económicas e não-económicas da ação social, o entendimento da racionalidade como relação calculada entre meios e fins dominará, pelo menos, o ramo mais poderoso da economia, dito neoclássico ou convencional.

Esta simplificação de pressupostos, vinculados a uma natureza humana alegadamente independente dos contextos socioculturais, ajudou bastante à sofisticação analítica e matemática dos modelos. Resta que é muito discutível que tal constitua um real avanço na nossa capacidade de explicação de uma ação que, como disse Isaiah Berlin (2023: 62), é por regra mais “espessa”, “com a textura das fibras entrançadas”. Vários desenvolvimentos no interior das ciências económicas e sociais ao longo do século XX o foram, aliás, mostrando. Recordemos alguns.

Logo nos inícios do século, Max Weber (1971 [1922]: 22-23) esboçou uma tipologia formada por quatro tipos de ação: a ação racional por referência a fins, a ação racional por referência a valores, a ação afetiva e emocional, a ação tradicional. O seu notável contributo está na ênfase que coloca na racionalidade da ação que se refere a valores: decidir uma pessoa do seu comportamento — quer dos fins prosseguidos, quer dos meios empregues, quer dos procedimentos usados — não predominantemente em função da antecipação e do cálculo da maximização dos benefícios (e/ou da redução dos custos, e/ou da redução dos riscos, para o caso pouco importa), mas sim em função de valores e normas éticas que

toma por determinantes, e dos princípios deles decorrentes, não revela *menor* capacidade de raciocínio e cálculo, revela apenas uma capacidade diferentemente orientada.

Depois, por meados do século XX, pensando em termos psicológicos e econômicos e considerando a estrutura e a dinâmica das organizações (como empresas e outras), James March e Herbert Simon conceptualizaram a “racionalidade limitada” (*bounded rationality*) e mostraram a sua presença generalizada na vida social. Ser a racionalidade limitada não implica forçosamente que seja “diminuída”; significa, isso sim, que (a) os atores não dispõem geralmente de informação completa ou perfeita e que a incerteza marca frequentemente as situações defrontadas; (b) o nível de adequação e eficiência das escolhas e orientações de ação depende caracteristicamente de cada contexto, não havendo, portanto, um padrão lógico único e universal; e (c) nos processos de decisão (o centro de interesse dos nossos autores), os atores empregam regularmente “programas de desempenho”, isto é, conjuntos de soluções disponíveis e incorporadas (em vez de ponderarem caso a caso, individualmente, os fins e recursos disponíveis), guiando-se bastas vezes não pela procura da “alternativa ótima”, mas pela procura de uma “alternativa satisfatória” (March e Simon, 1993 [1958]: 157-192). Isto significa que estruturas de coordenação de atividades e resolução de problemas convencionalmente consideradas subótimas face ao mercado de concorrência perfeita, como as hierarquias empresariais, apelando a normas de conduta que estão muito além (ou aquém) do “interesse” individual, podem ser adequadas para lidar com falhas de informação, com incerteza e complexidade (como bem mostraria Oliver Williamson, 1975: 20-40). Os “arranjos institucionais” — de que, aliás, historicamente, como sugerira Karl Polanyi (2001 [1944]), o próprio mercado foi um produto — são determinantes para compreender que tipo de ação os atores põem em marcha, e isso não é restituível pela simples contraposição entre “racional” e “irracional”.

A escola francesa da sociologia das organizações e das empresas não andará longe destas especificações, com a vantagem de tonar muito claro que a “ação organizada” é tanto mais racional, no sentido de estratégica — capaz de ler os contextos, interpretar a ação dos outros, escolher finalidades, definir objetivos e proceder em concordância, jogando o jogo relacional — quanto mais capaz for de incorporar a variedade de matizes, de motivações e de lances que assim se jogam, e de considerar os diferentes resultados possíveis (jogos de soma nula ou positiva, de maximização de ganhos ou minimização de perdas, de minimização de riscos, etc.) (Crozier e Friedberg, 1992 [1977]: 53-57; Friedberg, 1997 [1993]: 19-33). Continuamos, pois, a falar, de racionalidade, aliás falamos cada vez mais, sem que tenhamos de ficar pela “finura” (outro termo de Berlin, 2023: 62) do modelo microeconómico convencional. E, evidentemente, no seguimento destes e de outros estudos, sociólogos, economistas, psicólogos das organizações estabeleceriam os laços entre “inteligência” e “emoção”, enquanto os seus colegas antropólogos iam mostrando a densa, complexa e sofisticada trama intelectual presente em tanta da ação dita tradicional — de modo que mesmo a separação operada por Max Weber (entre, de um lado, a ação racional, por referência a fins ou a valores, e, do outro lado, a ação afetiva e tradicional) carecia de pertinência.

O certo é que os seres humanos dispõem de múltiplos “mecanismos” para realizar escolhas, orientar comportamentos e conduzir interações. O termo entre aspas pertence ao economista Albert O. Hirschman (1970, 1981: 209-284), que pôs em evidência estes três: a lealdade (*loyalty*), a saída (*exit*) e a tomada de palavra (*voice*), descrevendo-os não como formas exclusivas, mas como formas combináveis, cuja mobilização depende das características situacionais, dos objetivos previstos e da ponderação de vantagens e desvantagens comparativas. A conformação com as normas e autoridades estabelecidas (*loyalty*), o exercício da “soberania do consumidor” e/ou da liberdade contratual (*exit*), a múltipla participação numa instituição e num espaço público, por via da ação coletiva, da atividade cívica, da prática dos direitos políticos, etc. (*voice*), podem ser modos racionais de agir — modos de agir calculados e estratégicos, pautados por ponderações de custos e de vantagens, de eficácia e de eficiência; havendo casos em que a preferência pela pertença e identidade grupal possa ser mais apropriada do que a participação como sujeito, ou esta mais apropriada do que a simples saída, até porque o benefício (com que se deve contrastar os custos) pode estar mais na própria ação do que no seu resultado concreto e manifesto (Hirschman, 1986 [1982]: 88-102). E inversamente.

Os desenvolvimentos analíticos não acabam aqui; limito-me a recordar uns tantos que se tornaram clássicos, na economia e na sociologia da segunda metade do século XX. Entretanto, no seu conjunto, levantam uma questão: esta tendência geral de complexificação do conceito de racionalidade não acabará por lhe diminuir a clareza e, portanto, a pertinência e, portanto, a relevância? Não estaremos a pôr cada vez menos em realce os elementos que remetem para a antiga noção-chave de Razão, como bem comum, contraposta às paixões e aos interesses imediatos, expressa num espírito crítico e numa ética de conhecimento disponíveis para todos, e os que remetem para as características da escolha racional, como maximização da utilidade obtida pelo ator que, com fins egoístas ou altruístas, procura concretizar as suas preferências e tomar as decisões da melhor maneira possível (mesmo que dependente das suas próprias crenças e da capacidade de mobilizar informação)? No limite, não acabaremos a chamar “razão” a tudo e mais alguma coisa?

3.

Entre as respostas dos cientistas sociais avulta, a meu ver, a do sociólogo e filósofo alemão Jürgen Habermas. Desde logo, pela crítica à hegemonia da racionalidade cognitivo-instrumental na modernidade “sólida” (o termo de Bauman, 2000, é aqui bastante sugestivo), que coloca na sombra outras racionalidades — a “moral-prática” e a “estético-expressiva” — enfraquecendo a nossa capacidade de compreensão do mundo. Depois, pela recusa da dissolução da primeira racionalidade numa espécie de caldo comum de crenças e raciocínios, valorizando, pelo contrário, o espírito iluminista, como busca permanente de sagesa e verdade, por via do exercício não menos constante do teste e da crítica. Terceiro, pela incorporação da “viragem linguística” da filosofia ocidental e da sua mais imediata consequência — a indissociabilidade

do pensamento e da linguagem —, o que abre as portas a indagar da razão a partir do discurso e da comunicação (do “agir comunicacional”). E, finalmente, pela proposta de partir (diria, fenomenologicamente) das razões (como as valorações, as leituras e as escolhas enunciadas pelos atores) para, incrementando situações de interação comunicacional e de argumentação cruzada entre eles, no espaço público (segundo protocolos que a todos obriguem), chegar a consensos normativos e cognitivos sobre a Razão. Se bem o interpreto, Habermas propõe um caminho para preservar a razão crítica da filosofia, da ciência e da tecnologia moderna, ampliando radicalmente o seu conteúdo (bem para lá da convencional visão da maximização do ganho próprio) e colocando frontalmente no espaço e na dinâmica da argumentação entre os atores, isto é, no debate público eticamente orientado para a participação plural e diversa, o essencial dos critérios de formação da “verdade” do conhecimento, da “justiça” do mundo e da “justeza” das ações empreendidas (recorro a Habermas, 1987 [1981], 1998 [1962], 2003).

Não é o único esforço que vale a pena considerar. Ficando-se intencionalmente pelos princípios do individualismo metodológico, Raymond Boudon procurou mesmo assim alargar o escopo concetual, propondo um “modelo geral de racionalidade” de que a teoria da escolha racional seria só parte específica. Nesse modelo contam as razões humanas, como as justificações e explicações dos atores, partilháveis e generalizáveis e, por isso (acrescentaria eu próprio), suscetíveis de escrutínio crítico em contextos abertos de debate argumentado; e não há necessariamente descontinuidade entre racionalidade cognitiva e racionalidade axiológica, entre “convicções descritivas e convicções prescritivas” (Boudon, 2003: 49-54, 100-101). Amartya Sen (1995) ilustra como é possível ir além da representação puramente utilitarista do *homo economicus*, indagando da racionalidade das “escolhas sociais”, decisões coletivas que incorporam ponderações de valores e de finalidades no ajustamento de meios e objetivos, em quadros procedimentais que podem conduzir os agentes (à maneira de Habermas) à alteração e combinação das preferências. Pierre Bourdieu (1997: 19-100), fazendo sua a máxima de Blaise Pascal — nem excluir a razão, nem admitir só a razão — segue o preceito caracteristicamente sociológico de perguntar pelas condições que estruturam a situação e o discurso dos atores, designadamente as condições sociais de acesso à racionalidade e à conduta económica dita racional. O mesmo Bourdieu, Anthony Giddens (1991: 20-21) e vários outros recorrem aqui ao conceito-chave de reflexividade, para mostrar essa dupla realidade da modernidade, na qual toda a ação humana é reflexiva, como o é sempre (eis o “sentido” de que falava Max Weber), mas que dispõe de uma reflexividade em segundo grau: a que o conhecimento crítico concretiza, permitindo a cada sujeito ser o seu próprio objeto de problematização; e a “reflexividade institucional”, isto é, o conhecimento codificado, acumulado e distribuído por escolas, laboratórios, academias, empresas, serviços públicos e muitas outras organizações.

Por conseguinte, a partir de múltiplas perspetivas, algumas parcialmente contraditórias, parece desenhar-se um ponto de convergência, que é o que interessa para abordar a nossa pergunta inicial: como podemos, incrementando o uso crítico da razão, combater as derivas irracionaisistas que penetram, hoje, no espaço público das sociedades abertas e democráticas?

Dita em três frases, a resposta é:

- (A) compreendendo a variedade de razões e racionalidades presentes na ação humana, a pluralidade das motivações, crenças, avaliações, argumentos e emoções que formam as atitudes e desenham orientações para a ação — a variedade de descrições e prescrições, se se quiser simplificar ao máximo —, ir bem mais longe do que o modelo convencional da razão instrumental permitia;
- (B) compreender e integrar esta diversidade, estando atento não só às razões dos peritos como também às dos leigos, não só aos argumentos da ciência como aos do senso comum, não só aos argumentos formais codificados como aos saberes práticos, não só ao conhecimento como à moral e à expressividade, não significa, porém, nenhuma incapacidade de observá-los, interpretá-los, analisá-los e, no limite, influenciá-los com os princípios, procedimentos e teorias próprios das ciências sociais (eles mesmos, bem entendido, plurais e dinâmicos);
- (C) é esta possibilidade de, com espírito crítico e segundo a epistemologia e a ética do método científico, conhecer a ampla gama das razões que permite trazê-las para o espaço de discussão livre e argumentada, argumentada e livre, onde se podem sujeitar as ideias a controles cruzados e, pelo menos tendencialmente, formar e estabelecer consensos, cognitivos e normativos, sobre o que elas são, o que elas valem e o que se pode fazer com elas.

4.

Se estas proposições são aceitáveis, então talvez se possa retirar certas consequências para o trabalho dos cientistas sociais que, em algum ponto, se cruze com as preocupações normativas e práticas das sociedades abertas e dos estados democráticos. Apresentarei as que me parecem mais evidentes, sob a forma de um roteiro em cinco etapas.

Em primeiro lugar, devemos assumir a amplitude e heterogeneidade, quer dizer, a diversidade interna do vasto conjunto de disposições e argumentos que agrupamos na categoria de razões. Quando usamos, e bem, esta palavra, “razão”/“razões”, não queremos instituir uma hoje impossível separação essencial entre modos de proceder — como se fazia na economia neoclássica, para um lado todas as escolhas e decisões fundadas na apreciação do valor e do custo de possibilidades alternativas de ação, tendo em conta preferências pessoais preestabelecidas que se dão por adquiridas e tendo em vista a prossecução dos interesses próprios e a maximização de oportunidades e ganhos; para o outro lado, todas as restantes formas de ação, costumeiras, tácitas, afetivas, emocionais, éticas, ideológicas, instintivas, em suma, de uma ou outra forma “menos racionais”, *arracionais* ou “irracionais”. Queremos, outrossim, abranger todo o vasto espectro de elementos simbólico-normativos da ação humana — valores, saberes, crenças, maneiras de ser e agir, imaginários — na medida, e apenas na medida, em que elas são ou podem ser *enunciadas discursivamente*.

“Razões” são isto: as percepções, interpretações, explicações, os motivos, as descrições, as narrativas e as justificações que os seres humanos e as instituições que eles formam apresentam acerca do que fazem, do que lhes acontece, do que fazem os outros, do que podem ou não fazer. São a maneira como os atores racionalizam a sua qualidade e comportamento de atores. São a combinação de ação e discurso, de agir e falar, que eles apresentam publicamente a outros, direta ou indiretamente, implícita ou explicitamente, com maior ou menor formalização e abstração. Por isso se deve dizer no plural, razões, porque o peso relativo dos elementos mobilizados — o conhecimento formal, a observação empírica, os métodos lógicos, os sentimentos, afetos e emoções, as regras e normas ético-jurídicas, os saber-fazer e outros saberes práticos incorporados (o *habitus* de que fala Bourdieu) — é variável de ator para ator e de situação para situação; mas nenhum elemento reina sozinho sobre os demais. E, se tal é o que “razões” significa, então fica possível delimitar conceitualmente essa outra palavra-chave de racionalidade, que remeterá para a maior ou menor proximidade de tais elementos aos processos de raciocínio, expressão e decisão que se estruturam ao modo lógico — por abstração, generalização e formalização, por indução, dedução ou abdução, por tentativa e erro, por sujeição a escrutínio e crítica. Racionalidade diz, pois, respeito ao “modo de”: a racionalidade de cada conjunto de razões apresentadas, por exemplo, isto é, a lógica interna de cada argumentação produzida (mesmo que pareça a mais emocional e menos “positiva” das imagináveis, como a racionalidade do comportamento da multidão de adeptos que enchem o estádio num dia de dérbi futebolístico, a qual chega a ser extraordinariamente rica e densa, do ponto de vista da gama de linguagens, símbolos e movimentos corporais mobilizados); mas tipifica particularmente esse “método” de pensar e dizer mais próximo da racionalidade cognitiva e da ética da discussão no espaço habermasiano de encontro dos discursos. E é isso que queremos mostrar quando empregamos a expressão “racionalidade crítica”.

O primeiro passo é, portanto, alargar o horizonte conceptual. Se queremos mesmo compreender o que fazem as pessoas, e porque o fazem, temos de começar por olhar (fenomenologicamente) para o que fazem e dizem, em vez de enfiá-las logo, aprioristicamente, em hierarquias de categorias lógicas. As pessoas, porém, não existem no vazio, nem isoladamente: não são átomos livres num espaço sem determinações. Nenhuma cientista social que se preze aceitará olhar para os seres e as suas razões sem os situar nos contextos territoriais, históricos, sociais e institucionais relevantes. Pratiquemos, pois, a lição de Pierre Bourdieu: indagar das condições de acesso ao discurso e, em particular, à racionalidade crítica é etapa incontornável de uma explicação pertinente e produtiva; a relação entre estrutura e ação não pode ser evacuada de qualquer esforço analítico. E, se nos referirmos agora, mais especificamente, às tendências contemporâneas que suscitaram esta reflexão — o que está acontecendo nas sociedades abertas do Norte quanto à mobilização social e política dos indivíduos e grupos sociais, e quanto à formação das atitudes e das opiniões, designadamente entre as novas gerações — então parece-me absolutamente indispensável considerar com especial destaque a mediação entre estrutura e ação social operada pelas relações e as instituições de poder.

Também aí a orientação crítica é essencial. Ao contrário do que reza a ideologia profissional e corporativa dos respetivos meios, nem os média nem o sistema de justiça são apenas, ou predominantemente, contrapoderes (Silva, 2024: 150-157). São, claro, e bem necessários, para que uma democracia exista: mas sobretudo na medida em que, sendo poderes, equilibram e limitam outros poderes. Os seus efeitos, como poderes, podem ser extraordinariamente poderosos (repito o semema propositadamente): na Europa e nas Américas (pelo menos) o crescimento da vaga populista é indissociável dos efeitos da linguagem, da estratégia comercial e do posicionamento político das grandes televisões generalistas, ou (como nos Estados Unidos) das redes de rádios e televisões subnacionais; nem, se queremos perceber tal vaga, é possível desconsiderar as mudanças profundas que estão ocorrendo na cultura profissional de magistrados judiciais e na relação entre o sistema judicial e as instituições políticas. Dou apenas dois exemplos, para acrescentar à lista dos “aparelhos” de influência e dominação que têm sido mais estudados, em ligação com as características atuais da ordem geopolítica, do capitalismo de estado e de mercado, das formas de organização e trabalho da “nova economia”, ou das plataformas e modos de comunicação local, nacional e transnacional por via digital. É preciso continuar na senda dos estudos pioneiros de (dando apenas dois exemplos) um Richard Sennett (1999, 2006) ou um Zygmunt Bauman (2000), para compreender bem como se exerce a hegemonia, no sentido próprio do termo, isto é, como se forma o quadro mental em que o mundo parece pensável, através da investigação sobre como operam, hoje, as grandes empresas multinacionais, particularmente as tecnológicas (mas não só), como funcionam comunicacional e comercialmente as redes digitais, quais as consequências da financeirização e da plataformação das economias, ou como se está tentando, e em vários países conseguindo, oligarquizar a democracia. Nada disto é “natural”, nem nasceu no vazio, nem é simples de entender, tudo isto pede estudo aturado com base nas teorias e nos factos, quer dizer, atividade de cientista social.

Para o que, terceiro passo, não devemos ficar pelos chavões — pelas fórmulas que parecem fornecer respostas fáceis e suficientes (o avanço do neoliberalismo, a política de desregulação, a crise da social-democracia, o império do individualismo, etc.), as quais, a bem dizer, fecham, em vez de abrirem, as vias da investigação e da compreensão densa das situações e das tendências sociais. Já pagámos um preço demasiado elevado pela longa sucessão de “explicações” totalizantes, de raiz ou veste marxista ou liberal, estruturalista ou pós-moderna, construtivista ou desconstrucionista, e outras mais, para que continuemos a enredar-nos no simplismo analítico que não deixa de ser, no fundo, outra forma de populismo: ele faz-nos deslizar demasiado rapidamente dos bancos do laboratório (em sentido amplo, claro!) para as praças urbanas e para os estúdios da televisão, sem que possamos aportar, a essas praças e estúdios, alguma observação feita e testada no laboratório. Que é o local em que podemos e devemos estudar minuciosamente, com os procedimentos adequados de problematização, modelação, inquérito e verificação, esses processos pelos quais a modernidade se torna “líquida”, as filiações grupais se desvanecem, o tempo acelera e “encolhe” (fazendo cair a orientação para o longo prazo), os algoritmos comunicacionais estreitam, em vez de alargarem, as referências identitárias,

impedindo a confrontação plural dos pontos de vista e fechando cada tribo nos seus próprios estereótipos, emergem novas formas organizacionais de enquadramento que desafiam e põem em crise antigos padrões de estruturação e ação de sindicatos, partidos ou igrejas e favorecem o surgimento, ou de novas formas destas instituições-chave do estado-providência, ou de novas arenas e modos de mobilização social, por vezes dita inorgânica, transformam-se as dinâmicas de interação entre grupos de pertença e de referência, com consequências efetivas na identificação pessoal e social — e a lista poderia prosseguir. O ponto é que nenhum espaço de relações de poder — da domesticidade à ordem geopolítica — e nenhum ator institucional — da família ao estado e da empresa aos média — deve ser deixado de lado, se queremos perceber bem o que está mudando no e o nosso mundo.

Ora (quarto passo do roteiro), isso exige um esforço holístico, uma capacidade de problematização e uma abordagem sistémica das sociedades contemporâneas — das economias, das culturas, das políticas, das classes e grupos sociais. O que me parece incompatível com a desagregação do esforço de investigação por nichos temáticos, muitas vezes importados direta e acriticamente dos debates ideológicos mais mediatizados (como nas chamadas guerras culturais), impedindo as e os investigadores de cumprirem regras mínimas de racionalidade científica, como o reconhecimento da objetividade dos factos (mesmo os factos de ordem subjetiva), a contextualização, a prova e o diálogo entre pares, e vulnerabilizando-os face às lógicas de simplificação, ao tribalismo e, até, à censura e cancelamento recíproco. Como Nathalie Heinich bem mostrou, no seu livro-panfleto de 2021, o militantismo faz muito mal à sociologia (e às restantes ciências sociais). Mas não é porque não se possa ser ativista, interventor ou militante; não há nenhuma razão para abandonar a responsabilidade de intelectual (decerto, hoje, mais intérprete do que legislador, e sem aura de *maître à penser*, cf. Bauman, 1987, e Silva, 2006: 11-30), pelo contrário, a preservação do papel da racionalidade crítica no espaço público democrático passa crucialmente, a meu ver, pelo combate firme às derivas anti-intelectualistas (tão ativa e deliberadamente promovidas nos média, nas redes digitais e no *marketing* político). Não se pode é ser militante em vez de investigador quando o que se está a querer fazer é investigar, nem se pode ser investigador segundo quaisquer outros protocolos que não sejam os protocolos (bem entendido, plurais) próprios do conhecimento científico, na disciplina ou disciplinas em que se esteja a trabalhar. Como, creio, já demonstrado noutros lugares (por exemplo, Silva, 2017), a autonomia da ordem do conhecimento face às restantes ordens sociais é mesmo condição necessária da legitimidade e da utilidade do contributo social dos intelectuais.

Olhar, pois, a partir do conjunto — mesmo que para privilegiar, em seguida, este ou aquele aspeto. Não tomar a parte pelo todo, não praticar generalizações apressadas e sem controlo, não hierarquizar objetos em função da tabela de preferência das causas, não ficar, como diz o ditado, pelo dedo que aponta quando se quer mirar a Lua. Sobretudo quando, como é o caso, o que pretendemos é ajudar a consciência democrática a entender o sentido e os efeitos da combinação de tendências (naturalmente também contraditórias entre si) que está transformando tão radicalmente características centrais dos comportamentos, das instituições e do espaço público das sociedades abertas; e, por conseguinte, temos de

mobilizar múltiplos ramos do conhecimento social, da psicologia aos estudos eleitorais.

Escrevo intencionalmente nestes termos: ajudar a consciência democrática. Nada do que até agora argumentei me parece conduzir a essa espécie de relativismo acrítico que, como se viu em certas variantes do pós-modernismo (quer o conformista face à ordem vigente, quer o inconformista), sob a falsa mas atrativa máxima da equivalência geral das coisas, leva a um errado e nocivo agnosticismo moral e político. Generalizando para o conjunto das ciências sociais o que, a seu tempo, Isaiah Berlin (2023: 83) indicou em relação à filosofia política, não há teoria (viva) sem pluralismo (moral e político): uma sociedade que se rendesse a um só fim último, um estado ou universidade que o impusesse, tornar-se-iam muito rapidamente inóspitos para a racionalidade crítica de que tanto necessitamos. E, por isso, sim, regressemos ao início da nossa reflexão: há uma afinidade recíproca entre, de um lado, a liberdade e o pluralismo democrático e, do outro lado, o conhecimento científico-social. Digo bem, recíproca: se souber considerar com a amplitude necessária as razões dos seres e das instituições humanas, e compreender a racionalidade nelas presente (sem encapsular aprioristicamente umas tantas ações num determinado modelo “racional” e ignorar olímpicamente as restantes, ou mesmo desprezá-las); se não abdicar de contextualizar e explicar essas razões na dialética entre estrutura e ação que as envolve, com particular atenção às relações e mecanismos de poder que exprimem e ao mesmo tempo determinam as assimetrias e desigualdades, a dominação e a resistência, a influência e a hegemonia, etc.; se, portanto, não se contentar com bordões verbais, chavões teóricos e outras soluções de simplicidade, que dão as respostas antes de se estudar os factos (e, às vezes, antes mesmo de se definir as perguntas); se recusar esfrangalhar cada totalidade social (de qualquer escala, aliás) numa miríade de nichos temáticos, em regra mais determinados pelas simpatias ideológicas do que pela lógica de problematização disciplinar, partindo sempre do todo para a parte e percorrendo o espaço inteiro das inter-relações circunscritas pelo perímetro da pesquisa em cada caso relevante: então, sem ter de voltar anacronicamente às proclamações do Iluminismo, sem ter de acompanhar a redução moderna da razão à dimensão cognitivo-instrumental, sem ter de presumir superioridades lógicas absolutas da forma mais convencional, dita positiva, de fazer ciência face a todos os outros saberes, e, pelo contrário, levando a sério o postulado da incompletude da informação e da “limitação” da racionalidade, reconhecendo a variabilidade dos paradigmas e a impossibilidade de uma verdade atemporal, valorizando a pluralidade de perspetivas e os controlos cruzados que resultam da sua confrontação, aplicando em todas as direções a orientação crítica, isto é, o questionamento metódico, e acreditando que do debate argumentado, logo racional, no espaço público se pode ir construindo e testando consensos mais ou menos largos e mais ou menos consolidados sobre questões de teoria e também de prática, creio que é mesmo possível responder afirmativamente, e com convicção, à pergunta que intitula esta comunicação: pode a razão crítica favorecer a institucionalidade democrática?

Pode, sim. Há mesmo uma *racionalidade* a defender, contra os ataques que tem sofrido, e essa é, desde logo, a racionalidade que organiza a cultura científica e

organiza (ou devia organizar) a instituição científica; uma racionalidade crítica, quer dizer, antidogmática, procedimental, aberta e evolutiva. Ela desenha um espaço amplo, nas ciências sociais, onde cabem diversos e concorrentes paradigmas, cada um sendo parte da “verdade” que nele se vai formando, e nenhum deles valendo sozinho como tal verdade. Até por isso, esse espaço deve ser ele próprio aberto, comunicando regularmente com outras formas de saber e agir em sociedade, sem nunca presumir a sua superioridade absoluta, mas também sem nunca abdicar da sua especificidade e autonomia. Trata-se, em suma, de uma racionalidade em que a qualidade crítica é mesmo o elemento primeiro e distintivo, e que está indissolúvelmente ligada ao discurso, quer dizer, à tomada de palavra, à enunciação e comunicação pública.

A sua defesa parece-me indispensável para rearmar as sociedades abertas e democráticas contra as ameaças que enfrentam (do autoritarismo, da exclusão, da discriminação, do individualismo extremo, do preconceito, do fanatismo, da desqualificação dos outros, da negação da dignidade humana dos membros de certos grupos, da pura exibição da força, da ignorância e do desprezo pelo aprender, etc., etc., etc.). E essa defesa passa, precisamente, por enfrentar, com a determinação que é meio caminho andado para o sucesso, os movimentos que, por esse mundo fora, atacam a ciência e os cientistas, atacam o conhecimento e as instituições de conhecimento.

Tarefa mais urgente, mais necessária e mais gratificante — perdoe-se o desafo — do que andar a contar os artigos publicados e a comparar os *rankings* das revistas que os editam.

Referências bibliográficas

- Bauman, Zygmunt (1987), *Legislators and Interpreters. On Modernity, Post-Modernity, and the Intellectuals*, Nova Iorque, Cornell University Press.
- Bauman, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Berlin, Isaiah (2023), *A Busca do Ideal, História das Ideias*, trad. de Maria José Figueiredo, Lisboa, Guerra e Paz.
- Boudon, Raymond (2003), *Raison, Bonnes Raisons*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, Pierre (1997), *Méditations Pascaliennes*, Paris, Seuil.
- Crozier, Michel, e Ehrard Friedberg (1992 [1977]), *L'Acteur et le Système. Les Contraintes de l'Action Collective*, reed., Paris, Seuil.
- Elster, Jon (2009 [2006]), *Reason and Rationality*, Nova Jérsei, Princeton University Press.
- Friedberg, Ehrard (1997 [1993]), *Le Pouvoir et la Règle. Dynamiques de l'Action Organisée*, Paris, Seuil, 2.^a ed. rev.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- Habermas, Jürgen (1987 [1981]), *Théorie de l'Agir Communicationnel*, trad. de Jean-Marc Ferry e Jean-Louis Schegel, Paris, Fayard.
- Habermas, Jürgen (1998 [1962]), *L'Espace Public. Archéologie de la Publicité comme Dimension Constitutive de la Société Bourgeoise*, trad. de Marc de Launay, Paris, Payot.

- Habermas, Jürgen (2003), *L'Éthique de la Discussion et la Question de la Vérité*, trad. de Patrick Savidan, Paris, Bernard Grasset.
- Heinich, Nathalie (2021), *Ce que le Militantisme Fait à la Recherche*, Paris, Gallimard.
- Hirschman, Albert O. (1970), *Exit, Loyalty, and Voice, Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Hirschman, Albert O. (1977), *The Passions and the Interests. Political Arguments for Capitalism Before Its Triumph*, Nova Jérsey, Princeton University Press.
- Hirschman, Albert O. (1981), *Essays in Trespassing, Economics to Politics and Beyond*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hirschman, Albert O. (1986 [1982]), *Interés Privado y Acción Pública*, trad. de Eduardo Suárez, México, DF, Fondo de Cultura Económica.
- March, James, e Herbert Simon (1993 [1958]), *Organizations*, Cambridge, MA, Blackwell Publishers, 2.^a ed. rev.
- Merton, Robert King (1970), *Sociologia — Teoria e Estrutura*, trad. de Miguel Maillat, São Paulo, Mestre Jou.
- Polanyi, Karl (2001 [1944]), *The Great Transformation, The Political and Economic Origins of Our Time*, reed., Boston, Beacon.
- Sen, Amartya (1995), “Rationality and social choice”, *American Economic Review*, 85 (1), pp. 1-24.
- Sennett, Richard (1999), *The Corrosion of Character. The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*, Nova Iorque, Norton.
- Sennett, Richard (2006), *The Culture of the New Capitalism*, Yale, Yale University Press.
- Silva, Augusto Santos (2006), *A Sociologia e o Debate Público*, Porto, Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos (2017), “Sociologia e política pública: sobre avanços recentes em Portugal”, *Análise Social*, 225, pp. 782-803.
- Silva, Augusto Santos (2024), *Poder. Análise Crítica de um Conceito*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Williamson, Oliver E. (1975), *Markets and Hierarchies. Analysis and Antitrust Implications*, Nova Iorque, The Free Press.
- Weber, Max (1971 [1922]), *Economie et Société*, trad. de Julien Freund, Paris, Plon.

Augusto Santos Silva. Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

E-mail: asilva@fep.up.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2270-0185>

Contribuições para o artigo: concetualização, investigação, metodologia, administração do projeto, recursos, supervisão, validação, visualização, redação do original, revisão e edição.

Receção: 25/07/2025 Aprovação: 07/08/2025

